



Comissão de Pregão II

adequadamente aparelhada, apresentou declaração formal quanto a exigência contida no item do edital em seu arquivo nomeado como “DECLARAÇÕES.pdf”.

Em nova análise aos documentos apresentados pela empresa verificamos que a mesma de fato declarou junto ao documento de Declaração Unificada – Anexo IV, a disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, assistindo razão a recorrente.

Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, o *Certificado de Regularidade do FGTS* apresentado pela empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL está com a validade expirada no ano de 2019;

Em análise aos documentos de licitação verificamos que a empresa recorrida se encontra em situação de Recuperação Judicial.

Em Súmula, sobre o tema, o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) assim deliberou:

*Súmula nº 12 A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, **desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.** (grifei)*

Sobre o tema o edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 traz que:

Av. Alberto Braune, nº 224 – 2º Andar / Sala 212 – Centro – Nova Friburgo – RJ
e-mail: pregaoeletronico.friburgo@gmail.com – Telefone: (22) 2523-1113



Comissão de Pregão II

8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

[...]

8.1.3 - *Sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.*

8.1.3.1 - **Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente**, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os **demaís requisitos para habilitação econômico-financeira. (grifei)**

A empresa recorrida demonstrou através dos documentos juntados aos autos do processo licitatório e enviados através do sistema compras.gov.br, disponível a todos os interessados, as devidas certidões e cópias do processo judicial com a devida aprovação do plano de recuperação judicial, a empresa apresentou ainda Certidão do TJ-RJ, Processo 0010261-54.2017.8.19, **que vigora a determinação a dispensa da autora da obrigação de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados. (grifei)**

Além disso a empresa comprovou possuir qualificação econômico-financeira compatível com o objeto da contratação, através do balanço patrimonial apresentado juntamente com os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

Peço expos a resta comprovado que **não assisti razão à recorrente em suas alegações, quanto a este ponto.**

Comissão de Pregão II

Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, *“a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas;”*

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da

Comissão de Pregão II

presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma comprovou através da declaração formal a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço, **não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.**

Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que “a frota apresentada pela empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL possui veículos com idade superior a 10 (dez) anos não atendendo ao item 4.1.2 do TR; “

Em análise a declaração formal apresentada pela empresa recorrida, exigida no item 20.2 do edital, de fato possuem veículos com idade acima de 10 (dez) anos. No entanto os veículos e máquinas apresentados dentro da “vida útil” exigida pelo item 4.1.2 do Termo de Referência são suficientes para o atendimento quanto a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço. Acrescentamos ainda que quando da efetiva contratação a contratada poderá ainda substituir em parte ou integralmente os veículos constantes da declaração, desde que dentro das exigências editalícias, para a adequada execução dos serviços, não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.

Quanto a alegação da recorrente DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA que, “a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não apresentou NF dos veículos e máquinas conforme comando do item 4.1.1 do TR;



Comissão de Pregão II

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de "propriedade prévia", expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - *Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma comprovou através da declaração formal a disponibilidade de pelo menos 50% da frota



Comissão de Pregão II

requerida para a prestação do serviço, **não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.**

Quanto a alegação da recorrente DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA que, “a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL *não poderia participar do processo licitatório por se encontrar em situação de Recuperação Judicial conforme item 6.1 do TR;*

Em análise aos documentos de licitação verificamos que a empresa recorrida se encontra em situação de Recuperação Judicial.

Em Súmula, sobre o tema, o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) assim deliberou:

Súmula nº 12 A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação. (grifei)

Sobre o tema o edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 traz que:

8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

[...]



Comissão de Pregão II

8.1.3 - *Sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.*

8.1.3.1 - **Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente**, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os **demaís requisitos para habilitação econômico-financeira. (grifei)**

A empresa recorrida demonstrou através dos documentos juntados aos autos do processo licitatório e enviados através do sistema compras.gov.br, disponível a todos os interessados, as devidas certidões e cópias do processo judicial com a devida aprovação do plano de recuperação judicial, a empresa apresentou ainda Certidão do TJ-RJ, Processo 0010261-54.2017.8.19, **que vigora a determinação a dispensa da autora da obrigação de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados. (grifei)**

Além disso a empresa comprovou possuir qualificação econômico-financeira compatível com o objeto da contratação, através do balanço patrimonial apresentado juntamente com os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

Peço expos a resta comprovado que **não assisti razão à recorrente em suas alegações, quanto a este ponto.**

Quanto a alegação da recorrente D MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, a recorrida JX CONSTRUTORA

Comissão de Pregão II

LTDA “não apresentou declaração exigida no item 20.26 do edital, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas”;

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:



Comissão de Pregão II

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma apresentou declaração formal de disponibilidade dos veículos sem, no entanto, instruí-la com o rol que os discriminasse assistindo razão parcial a recorrente quando a este ponto.

JX CONSTRUTORA LTDA., localizada na Estrada Pirai Passa Três, nº 6497, Vale Verde, Pirai/RJ - CEP: 27.175-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.488.242/0001-83, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas da lei:

“possuir condições e capacidade para mobilizar, em tempo hábil, e pelo prazo requerido, todos os equipamentos, veículos utilitários, caminhões, máquinas, instalações, materiais e mão de obra necessários para a execução dos serviços do objeto licitado.”

VI. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o **item 28.5 do edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023**, com as razões das recorrentes para pronunciamento junto ao setor requisitante do objeto licitado, conforme Processos Administrativos de Impugnação nº 30.177/2023, 30.180/2023, 30.182/2023 e 30.186/2023.,

Após, solicito que os autos sejam encaminhados à Procuradoria Geral do Município para análise os aspectos jurídicos recorridos, sobretudo quanto ao suposto



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

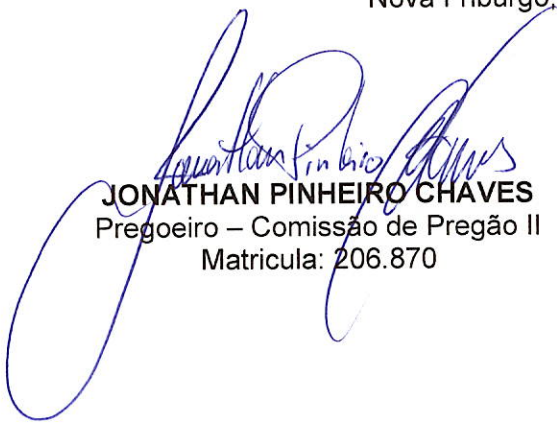
PROCESSO Nº: 30.177/23

RUBRICA: 8 FOLHA: 31

Comissão de Pregão II

"comportamento inidôneo", pela recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, ao invocar o tratamento diferenciado que trata a LC 123/20206, mesmo sem ostentar tal condição e quanto a ilegalidade suscitada em sede de contrarrazão pela recorrida JX CONSTRUTORA LTDA para a exigência disposta no item 20.2 do edital e itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência a fim de subsidiar a decisão ante impugnação interposta.

Nova Friburgo, 28 de novembro de 2023.


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO: 30177/23

RUBRICA: *[assinatura]* FOLHA: 32

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 07 de dezembro de 2023

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, trata-se de pedido de recurso impetrado pela empresa MOVE TERRA ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E TERRA PLANAGEM LTDA em desfavor da empresa JX CONSTRUTORA LTDA.

Primeiramente, é importante frisar que esta especializada se atentará apenas as questões técnicas do objeto, não sendo de nossa responsabilidade a análise do cumprimento dos critérios de habilitação quanto a parte formal e legal.

1. A empresa recorrente questiona em sua fundamentação que a empresa recorrida não apresentou declaração de relação de equipamentos, em desacordo com o item 4.1 4.1.2 do TR.

Segundo tabela demonstrada no item 2.3, a estimativa de contratação, poderá chegar a um total de 45 equipamentos.

De acordo com a redação do item 4.1:

"A empresa que desejar participar do certame deverá demonstrar, no momento da apresentação da proposta, documentação que comprove ser proprietária de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens existentes no subitem 2.2."



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

A partir da análise da redação supra, entendemos que as empresas que desejassem participar do presente certame, deveriam apresentar comprovação de propriedade de pelo menos 22 itens, do total de 45 pretendidos.

Sendo assim, ao proceder análise dos documentos acostados às fls. 1086-1140 do P.A. 8765/23, pela empresa JX CONSTRUTORA LTDA, constatou-se que a empresa não apresentou declaração de relação de equipamentos de acordo com os itens 4.1, 4.1.2 do TR e 20.2 do edital.

Sendo assim, entendemos que resta prejudicada qualquer tentativa de análise técnica por parte desta especializada, restando apenas decisões de cunho legal e formal a respeito do tema.

A fim de elucidar os apontamentos feitos quanto ao disposto no item 4.1.1, caso a exigência de apresentação CRLV ou Nota Fiscal dos veículos e máquinas sejam expressamente vedadas pela Lei Geral de Licitações, entendemos que para fins de comprovação de idade e propriedade da frota, tal exigência poderá ser substituída pelas informações prestadas na declaração de relação de equipamentos, sendo tais informações de inteira responsabilidade das empresas licitantes.

Ainda sobre as exigências elencadas no item 4.1.2, esta especializada informa que as mesmas, foram inseridas, em virtude de inúmeras situações constatadas a partir da execução dos contratos provenientes do processo anterior, de número 1439/22, onde, no início do contrato, equipamentos com idade avançada de uso, apresentaram inúmeras panes mecânicas, fazendo com que houvesse paralisação ou atraso dos serviços.

Sobre a solicitação contida no item 4.1, a mesma encontra motivação nas experiências vivenciadas por esta municipalidade nos contratos provenientes do processo anterior, de número 1439/22, onde a empresa que sagrou-se vencedora, alocou inicialmente mais 70% dos equipamentos, fato que causou inúmeros questionamentos através de requerimentos de informações, por parte do legislativo municipal.

Quanto aos demais questionamentos, os mesmos são de caráter legal, não cabendo manifestação desta especializada.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 30177/23

RUBRICA: [assinatura] FOLHA: 34

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela recorrente, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

[assinatura]
Alan F. Correa
Subsecretário de Manutenção
de Veículos Leves e Pesados
Mat. 105.871



Processo: 30177/2023

Recorrente: Move Terra Aluguel de Máquinas e Equipamentos de Terraplanagem Ltda.

Recorrida: JX Construtora Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 183 de 2023 - Processo Licitatório n. 8765/2023

À Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 183 de 2023 - Processo Licitatório n. 8765/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços Públicos.

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 03/05) que a recorrida foi declarada habilitada de forma equivocada, tendo em vista que a recorrida não apresentou a declaração quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, na forma do item 20.26 do edital, bem como que não apresentou a documentação necessária para comprovação da propriedade de, pelo menos, 50% dos veículos, conforme item 4.1.1 do Termo de Referência, razão pela qual deve ser inabilitada.

A recorrida apresentou contrarrazões às fls. 06/09, afirmando que o formalismo do edital deve ser mínimo a fim de alcançar a melhor proposta para a Administração Pública, bem como que nem a própria recorrente conseguiu cumprir as regras que aponta como motivo para inabilitá-la.

Afirma, ainda, que o procedimento de conformidade previsto no item 4.1 do Termo de Referência não foi inserido no edital, deixando de prever que no momento da análise das propostas seria realizado tal procedimento de verificação da comprovação da propriedade de, pelo menos, 50% dos veículos e máquinas.



Alega que houve erro no item 4.1 do Termo de Referência em estipular que seriam os quantitativos contidos no item 2.2, sendo que o pretendido era estipular os quantitativos contidos no item 2.3 do Termo de Referência, bem como a falta de razoabilidade de especificar o quantitativo, sem apresentar nenhuma memória de cálculo.

Afirma, ainda, que a exigência do item 4.1 é ilegal, contrariando o art. 30, § 6º da Lei n. 8.666/1993, conforme entendimento do TCU, que possibilita tal exigência apenas da vencedora, eis que o referido item exige a comprovação da propriedade em nome da empresa licitante.

Aduz que a exigência da declaração do item 20. também infringe de forma indireta o normativo contido no art. 30, § 6º da Lei n. 8.666/1993, uma vez que a empresa deveria possuir de forma antecedente à licitação os veículos e máquinas para poder prestar essas informações.

Por fim, afirma que a empresa recorrente apresentou uma declaração supostamente falsa, não apresentando os documentos que comprovam a propriedade, devendo a mesma também ser julgada inabilitada juntamente com os demais participantes do processo licitatório.

A Comissão de Pregão II elaborou manifestação única acerca dos 4 recursos interpostos (fls. 10/31), aduzindo, em relação ao presente recurso, que *“a exigência disposta (sic) nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j., ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vedada pela Lei Geral de Licitações”*.

Afirma, ainda, que em análise dos documentos de habilitação apresentados pela recorrida, a mesma apresentou declaração formal de disponibilidade dos veículos sem, no entanto, instruí-la com o rol que os discriminasse, assistindo razão parcial à recorrente quanto a esta ponto.



A Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, em manifestação de fls. 32/34, afirmou que, analisando os documentos acostados às fls. 1086/1140 do Processo Licitatório n. 8765/2023, constatou que a recorrida não apresentou declaração de equipamentos de acordo com os itens 4.1, 4.1.2 do Termo de Referência e 20.2 do edital, entendendo que *“resta prejudicada qualquer tentativa de análise técnica”*.

Afirma, ainda, quanto ao disposto no item 4.1.1 que, caso a exigência de apresentação de CRLV ou Nota Fiscal dos veículos e máquinas seja vedada pela lei, para fins de comprovação de idade e propriedade da frota tal exigência poderá ser substituída pelas informações prestadas na declaração de relação de equipamentos, sendo tais informações de inteira responsabilidade das empresas licitantes.

Justifica a Subsecretaria que a inserção de tais exigências se deu em virtude de inúmeras situações constatadas na execução de contratos provenientes do processo anterior (PA 1439/2022), onde os equipamentos com idade avançada de uso, no início do contrato, apresentaram inúmeras panes mecânicas, fazendo com que houvesse paralisação e atraso dos serviços, bem como que a empresa que se sagrou vencedora alocou inicialmente mais de 70% dos equipamentos, fato que causou inúmeros questionamentos através de requerimentos de informações através do legislativo municipal.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral.

É o sucinto relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;***
- b) julgamento das propostas;***
- c) anulação ou revogação da licitação;***



d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

[...]

§ 4º **O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado,** devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. **Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:**

[...]

IV - **decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;**”

“Art. 17. **Caberá ao pregoeiro, em especial:**

[...]

VII - **receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;**”

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**



Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística (Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados), motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também incontestável que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão II se manifestou acerca do recurso (fls. 10/31), encaminhando o processo à Secretaria requisitante para manifestação, sob o fundamento de que as exigências dispostas nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, uma vez que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j., ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vedada pela Lei Geral de Licitações, bem como que, no entanto, a recorrida apresentou a declaração formal de disponibilidade dos veículos sem instruí-la com o rol que os discriminasse, assistindo razão parcial à recorrente quanto a este ponto.

Por sua vez, a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, em manifestação de fls. 32/34, afirmou que, analisando os documentos acostados às fls. 1086/1140 do Processo Licitatório n. 8765/2023, constatou que a recorrida não apresentou declaração de equipamentos de acordo com os itens 4.1, 4.1.2 do Termo de Referência e 20.2 do edital, entendendo que “*resta prejudicada qualquer tentativa de análise técnica*”, justificando as exigências técnicas dispostas nos itens 4.1 e 4.1.2 em virtude de inúmeras situações constatadas na execução de contratos provenientes do processo anterior (PA 1439/2022).

Pois bem. Como é de notório saber jurídico, de acordo com o Princípio da Vinculação ao Edital, todos os licitantes devem obedecer rigorosamente às disposições do edital em todos os seus termos, sem exceções.

No caso da contratação pretendida, assim previu o edital:

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

- Placa, marca, modelo e ano de fabricação;

20.3 - Declaração de disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, para atendimento dos serviços de manutenção e circulação da frota.

Já no Termo de Referência, foram inseridas as seguintes exigências:



4.1 A empresa que desejar participar do certame deverá demonstrar, no momento da apresentação da proposta, documentação que comprove ser proprietária de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens existentes no subitem 2.2.

4.1.1 A documentação necessária para comprovação será: CRLV ou nota fiscal dos veículos e máquinas;

4.1.2 Os veículos utilitário, caminhões, máquinas e equipamentos não poderão ter mais de 10 (dez) anos de vida útil;

4.2 Os outros possíveis 50% (cinquenta por cento) de equipamentos não obrigatórios, conforme o subitem 4.1, deverão ser apresentados documentações a seguir:

4.2.1 A empresa deverá apresentar documentação que comprove que realiza, com frequência, locação de equipamentos de empresas ou pessoas físicas;

4.2.2 Os equipamentos locados deverão cumprir as mesmas exigências do subitem 4.1.2;

4.2.3 Toda e qualquer despesa referente à locação de equipamentos ficará a cargo da empresa vencedora do certame;

Em conformidade com o narrado pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, as licitantes, deveriam, então, apresentar comprovação de propriedade de, pelo menos, 22 itens dos 45 pretendidos, conforme exigência dos itens 4.1 e 4.1.2 do Termo de Referência.

Afirma que a recorrida, no entanto, não apresentou a declaração formal nos moldes dos itens 4.1, 4.1.2 do Termo de Referência e item 20.2 do edital.

Como já narrado no presente parecer, as especificações técnicas necessárias ao objeto licitado são de competência e atribuição da Secretaria requisitante, não cabendo a assessoria jurídica se imiscuir no mérito administrativo, dada a ausência de expertise para tanto.

Vejamos o que dispõe o § 6º do art. 30 da Lei n. 8.666/1993 acerca da qualificação técnica:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Conforme se depreende do teor do dispositivo legal, a comprovação de atendimento das exigências mínimas se dará mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, sendo vedada a exigência de propriedade.

Não é outro o entendimento do TCU:

“Acórdão:



9.1. sugerir ao Senado Federal, caso deseje publicar o Edital de Concorrência das obras de Construção do Prédio Anexo III, que:

[...]

9.1.8. promova a readequação do subitem 3.1.7 do Edital de modo a **conformá-lo com as disposições do Art. 30, § 6º da Lei nº 8.666/93, no tocante ao estabelecimento de exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, as quais devem ser atendidas mediante apresentação de relação explícita e declaração da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia;**².

"12.A exigência de comprovação de propriedade ou de compromisso de cessão, locação/leasing ou venda das máquinas e equipamentos considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação e de infraestrutura predial, por sua vez, contraria o art. 30, § 6º, da Lei 8.666/93, que proíbe exigências de propriedade e de locação prévia para a participação de empresas em licitações.

13. Conforme anotado pela unidade técnica, **requerer que o licitante mantenha o acervo necessário à execução do contrato apenas para que possa concorrer é medida que afeta sobremaneira a competitividade do certame. Por outro lado, a ausência desse tipo de exigência não implica a contratação de eventuais empresas irresponsáveis, como aventado nas defesas, uma vez que nada obsta que a cobrança de tal comprovação seja feita por ocasião da assinatura do contrato**³.

"ENUNCIADO

Em licitação que tem como objeto obra de pavimentação, é irregular a inclusão de cláusula no edital exigindo, na fase de habilitação, que a empresa licitante possua usina de asfalto instalada ou comprove vínculo compromissário contratual com terceiro detentor de usina, especialmente quando fixado limite máximo de distância para sua instalação, por restringir o caráter competitivo do certame e contrariar o art. 30, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/1993"⁴.

Portanto, conclui-se que não é possível a exigência de comprovação de propriedade prévia do objeto licitado na fase de habilitação.

² Acórdão 597/2008-Plenário, Relator Guilherme Palmeira, j. em 09/04/2008.

³ Acórdão 365/2017-Plenário, Relator José Mucio Monteiro, j. em 08/03/2017.

⁴ Acórdão 1278/2023-Plenário, Relator Marcos Bemquerer, j. em 21/06/2023.



O que a jurisprudência do TCU⁵ permite, na fase de habilitação, s.m.j., é a declaração formal de possuir é a exigência de atestados de capacidade técnica com quantitativo mínimo de 50% dos bens e serviços que se pretende contratar, podendo ser inclusive superior a 50% (neste caso desde que haja justificativa técnica plausível), onde a licitante comprovará que já executou serviços com características compatíveis/semelhantes:

ENUNCIADO

*A exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair, simultaneamente, sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo. **Como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação.***

Tais exigências são rechaçadas pela Corte de Contas, já que impõem, às licitantes, ônus desnecessário previamente à licitação, jurisprudência já consolidada por meio da Súmula 272 do TCU:

*"No edital da licitação é vedada a inclusão de **exigências de habilitação** e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento as licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato".*

Em tese, a declaração de disponibilidade não significa imposição de ônus prévio à licitação, mas apenas a verificação das condições mínimas de cumprimento do objeto que se deseja contratar, na forma do § 6º do art. 30 da Lei n. 8.666/1993, que permite a “*apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade*”.

Entretanto, embora a lei permita expressamente a exigência de relação explícita, a exigência contida no subitem 20.2 de placa, marca, modelo e ano de fabricação dos veículos pode configurar restrição à competitividade do certame, tendo em vista que, s.m.j., para possuir tais dados, seria necessário que as licitantes possuíssem a propriedade dos veículos.

Esta assessoria jurídica já havia alertado no parecer exarado acerca da legalidade da minuta do edital (fls. 223/234) sobre a possibilidade de tais exigências configurarem restrição ao caráter competitivo do certame, conforme entendimento do TCU, sugerindo que, caso fossem mantidas, deveriam ser justificadas e inseridas no edital, limitando-se à licitante vencedora.



No entanto, tais exigências foram mantidas no Termo de Referência como critério de participação do certame, aferidas no momento da apresentação da proposta, e não apenas da licitante vencedora a ser contratada, o que é vedado.

Quanto à limitação da idade máxima da frota, a jurisprudência dos Tribunais afirma que Administração pode limitar a idade máxima da frota, dentro de parâmetros razoáveis:

É inadmissível a exigência de veículos “zero quilômetro” para a simples locação, na medida em que existem outros meios de garantir que os veículos estejam em boas condições, como a fixação de idade máxima da frota⁶.

Com relação ao critério de idade máxima adotado no Pregão, foi acatada a justificativa do INMETRO, que indicou que o tempo de oito anos estipulados no Edital como vida útil máxima dos ônibus para a prestação dos serviços pretendidos teve como base o Caderno de Logística de 2014, bem como visa a uma boa qualidade de prestação de serviços aos usuários do transporte⁷.

“Nas licitações para contratação de serviços de gerenciamento de manutenção de veículos, devem ser considerados nos cálculos da estimativa de custos, entre outros elementos intrínsecos às características do objeto, o tipo e a idade da frota, bem como a previsão de distância a ser percorrida pelos veículos, com vistas à alocação de recursos suficientes e necessários para prestação dos serviços durante todo o período contratual (art. 8º, caput, da Lei 8.666/1993)”⁸.

Considerando se tratar de decisão técnica, que compete tão somente à Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados, não se vislumbra ilegalidade da limitação da idade dos veículos de 10 (dez) anos de vida útil.

⁶ TCE-SP - Processo TC-017129.989.18-2, TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 12-09-2018.

⁷ Controladoria-Geral da União (CGU), Relatório De Avaliação, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, 2020.

⁸ Acórdão 1077/2019-Plenário, Relator Min. Ana Arraes, j. em 15/05/2019.



No entanto, considerando que o Termo de Referência é parte integrante do edital, e considerando a vedação da exigência de propriedade prévia do objeto, na forma do § 6º do art. 30 da Lei n. 8.666/1993 e da jurisprudência do TCU, mas tão somente admitida a exigência de atestados de capacidade técnica com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, não pode a recorrida ou qualquer licitante ser inabilitada por tais motivos.

Sugere-se, portanto, que sejam revistos os critérios de qualificação técnica estabelecidos no edital, de forma que a comprovação de propriedade dos veículos seja excluída como critério de qualificação técnica, passando a exigir apenas a comprovação de que as licitantes apresentem declaração acerca da disponibilidade dos veículos no momento da contratação, sem a necessidade de discriminação dos veículos, nos seguintes termos:

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação.

Na verdade, no entender desta pasta jurídica, a demonstração técnica mediante a apresentação da relação de veículos pode ser feita ainda na fase externa do pregão, anteriormente à homologação e adjudicação, cuja documentação será analisada pela Secretaria requisitante e, após, o Pregoeiro tornará público o resultado com o prosseguimento da licitação e declaração do licitante vencedor e posterior homologação ou, caso não haja a entrega dos documentos ou sejam reprovados, será declarada pelo Pregoeiro a desclassificação da empresa e convocação da próxima colocada, que poderá ser contratada pelo preço ofertado na sua proposta.

Isso porque, após a proclamação do resultado definitivo, com a homologação do certame, a empresa vencedora será convocada para assinar o contrato e, caso não assine o termo de contrato ou não aceite ou retire o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, será aplicado o comando estabelecido no § 2º do art. 64 da Lei nº 8.666/93:

“Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

[...]



§ 2º É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei”.

Não há, portanto, nessa fase, a desclassificação da licitante, como no julgamento das propostas, onde o pregoeiro examina as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, nos termos do inciso XVI do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, o que abre a possibilidade de contratação de empresa por valor diverso da empresa licitante classificada em primeiro lugar.

Após a homologação, se a empresa vencedora descumprir condição prévia e essencial para a execução do contrato, acarretando a impossibilidade de lavratura do instrumento, ocorrerá a decadência do direito à contratação, hipótese em que poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato/instrumento em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou seja, pelo mesmo preço do licitante vencedor, o que acarreta, muitas vezes, o fracasso do certame.

Sugere-se, assim, que tal comprovação seja exigida apenas da empresa licitante vencedora, isto é, classificada provisoriamente em primeiro lugar, antes da homologação do certame, concedendo prazo razoável para tanto, devendo ser incluído item no edital acerca da homologação dispondo sobre o procedimento a ser adotado, ou, caso a Secretaria entenda de forma diversa, disponha acerca da comprovação antes da assinatura do contrato, hipótese em que, em caso de descumprimento, deverá ser aplicado o comando do art. 64, § 2º da Lei nº 8.666/1993.

Quanto à previsão contida no item 4 do Termo de Referência, que versa sobre as “condições patrimoniais das participantes”, deve ser modificada a redação para dispor sobre as condições da licitante vencedora ou contratada, na forma do exposto acima, excluindo-se a exigência de comprovação pela “empresa que desejar participar do certame (...) no momento da apresentação da proposta”.

Após as eventuais modificações perpetradas, deverá o edital ser republicado, na forma do comando do art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/1993⁹.



III - CONCLUSÃO


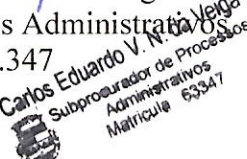
PROCESSO N° 30177
DIA 13/12/23
Folhas N° 47 Rubrica 9

Diante do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados para ciência do presente parecer e decisão final, na forma do art. 13, IV do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 13 de dezembro de 2023.


Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga
Subprocurador de Processos Administrativos
Matrícula: 63.347


⁹ § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.